



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

12/07/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – Aves de rapina

Enquanto a Anatel não se comporta como uma Agência séria e cumpridora dos seus deveres, a situação da Oi só se agrava. Qual a razão do órgão regulador não decretar a imediata intervenção na Oi?

Na semana passada, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) afirmou que está investigando os atos praticados pela Oi e seus acionistas controladores. Uma das investigações analisa as condições definidas para a fusão Oi/Portugal Telecom. O foco é a transferência de dívidas de acionistas controladores para a empresa. Só para lembrar: metade dos R\$ 65 bilhões da dívida da Oi é resultado da fusão.

Em outro procedimento, o Tribunal de Contas da União questiona a legitimidade do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Oi e mandou auditar a Anatel. No despacho, o ministro Bruno Ramos questiona “se a Anatel teve zelo de avaliar se a Oi teria condições de cumprir as obrigações de investimento” definidas no TAC. O ministro afirma: “Parece quase impossível que uma empresa em recuperação judicial possa honrar com os compromissos de investimentos assumidos no TAC, da ordem de bilhões de reais, o que lança dúvida sobre a legitimidade dos TACs sob discussão”.

Ao mesmo tempo, o governo golpista de Temer estuda realizar mudanças regulatórias que viabilizariam o fim das concessões e, desta forma, dariam cerca de R\$ 105 bilhões para a Oi e a Vivo, sendo a maior parcela para a primeira, que detém a maior rede sob o regime público.

Esse procedimento, que o governo golpista chama de “pacote de estímulo da economia”,

deve ser entendido como doação pura e simples de dinheiro público ao setor privado. Como uma mágica, um conjunto enorme de edifícios, instalações e redes de cabos e fibras ficariam sob o controle pleno das operadoras. São os bens reversíveis que deveriam voltar ao Estado no fim das concessões, em 2025.

A guerra entre os controladores da Oi continua. Desta vez a Bridge Administradora de Recursos quer ter um lugar na gestão da Oi. Ela quer a destituição dos membros do Conselho de Administração indicados pela Pharol, ex-Portugal Telecom, maior acionista com 22,2% do capital da operadora. Um chama o outro de oportunista, todos dizendo querer o melhor para a companhia.

Para o Instituto Telecom, o fato é que ambos só pensam no bolso deles, não têm nenhum compromisso com a sociedade, que vêa qualidade do serviço deteriorar, nem com os trabalhadores, que a cada dia vão para o trabalho sem saber se continuarão empregados. Nos últimos dois anos a Oi demitiu cerca de três mil trabalhadores.

O Instituto Telecom considera o quadro da Oi como extremamente grave. Os fatos da semana passada corroboraram a nossa visão de que os atuais controladores da empresa não têm a menor condição de continuarem à frente da mesma, dentro do chamado processo de recuperação judicial. A intervenção é a única saída, prevista na Lei Geral de Telecomunicações, que poderá tirar a concessionária do abismo no qual foi colocada pelas aves de rapina que desde 29 de julho de 1998, data da privatização, controlam a empresa.

Instituto Telecom, Terça-feira, 12 de julho de 2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

12/07/2016 - Teletime

Câmara abre prazo para emendas e votação do PL do novo modelo fica para agosto

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço da Câmara dos Deputados (CDEIC) abriu prazo de cinco sessões para recebimento de emendas ao Projeto de Lei 3.453/2015, do deputado Daniel Vilela (PMDB/GO), que permite converter as atuais concessões de telefonia fixa em autorizações. Como os parlamentares entram em recesso branco (sem votar a Lei de Diretrizes Orçamentária) na próxima segunda-feira, 18, a apresentação das propostas de alteração ao projeto deve se estender até a primeira semana de agosto, garantindo um tempo maior para que o governo negocie as mudanças que considera indispensáveis para atualizar o modelo de telecomunicações. Na pauta do governo estão também mudanças no modelo de licenciamento do espectro, licitações de faixas de frequências e liberação de posições orbitais de satélites. A votação da proposição ficaria também para agosto.

Mas o maior impacto do projeto é mesmo sobre o modelo de concessão. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações concorda com a proposta do deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), de permitir a troca da concessão por autorização em áreas competitivas e de valorar os bens reversíveis, transformando os recursos em investimentos em redes. Porém, defende aperfeiçoamentos como a inclusão, no texto, do conceito que será usado para precificar os bens reversíveis. Quer também transformar em investimentos os valores que as operadoras pagam para renovar as licenças de uso de espectro, assim como o limite de renovações, hoje autorizado apenas uma vez.

Uma alteração pretendida pelo MCTIC é a criação de um mercado secundário de espectro para permitir a transferência de frequências entre operadoras, proibindo a interferência de “brokers” ou intermediários. Com isso, o espectro se tornaria parte dos ativos rentabilizáveis das operadoras, e se resolveria o problema do limite (cap) de frequências quando uma empresa é comprada por outra que já detenha espectro. O governo trabalha também com a possibilidade de que os leilões de espectro passem a conter, compulsoriamente, obrigações de cobertura, abandonando a opção arrecadatória.

Ainda está em estudo uma proposta para acabar com as licitações de posição orbital de satélites quando estas tiverem sido viabilizadas e coordenadas junto à UIT por alguma empresa com interesse específico. Hoje, a empresa é obrigada a viabilizar a posição internacionalmente, mas, quando a Anatel abre a licitação, não há nenhum mecanismo de preferência.

O relator atual da matéria, deputado Laércio Oliveira (SD-SE), deve encampar as sugestões trazidas pelo governo, mas outros parlamentares também poderão apresentar emendas com o apoio do Executivo. Para o governo, apesar de não se completar, o PL serve para destravar investimentos no setor e, assim, contornar as dificuldades financeiras para avançar na massificação da internet. Ao apoiar o PL de Vilela, a ideia foi de ganhar tempo e assegurar para ainda este ano, as mudanças legislativas que trarão segurança jurídica às aplicações das teles.

Lúcia Berbert, Teletime, segunda-feira, 11 de julho de 2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

08/07/2016 - CUT

Propor jornada de 80 horas semanais é uma provocação ao povo brasileiro

CUT, CTB, Força e UGT assinam nota de repúdio à proposta da CNI

Nós sindicalistas repudiamos a sugestão, proferida pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, nesta sexta-feira (8), após uma reunião com o presidente interino Michel Temer e cerca de 100 empresários do Comitê de Líderes da MEI (Mobilização Empresarial pela Inovação), segundo a qual o Brasil deveria ampliar sua carga horária de trabalho em até 80 horas semanais e de 12 horas diárias para classe trabalhadora.

Neste momento em que os trabalhadores buscam diálogo com a classe política, bem como com a classe empresarial, a fim de estabelecer um consenso tripartite, benéfico para todos e sem prejuízo para nenhum dos envolvidos, tal afirmação, que faz lembrar a situação da classe operária do século 19, surge como uma provocação estapafúrdia ao povo brasileiro.

O que os trabalhadores querem e precisam é andar para frente, não retroceder na história. Neste sentido aproveitamos a oportunidade para reafirmar nossa bandeira pela redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salário.

A proposta da jornada de 80 horas semanais vai na contramão de todos os estudos sobre o trabalho no Brasil. Pesquisas do Dieese, por exemplo, apontam que a adoção das 40 horas semanais poderá gerar mais de 2 milhões de novos postos de trabalho. Na mesma linha, estudos do Ipea apontam que uma jornada de 12 horas semanais seria suficiente para



produzir a mesma riqueza produzida com uma jornada legal de 44 horas.

A elevação do nível de emprego e dos salários irá beneficiar todo o país e promover o crescimento da economia brasileira, fortalecendo o mercado interno, ampliando o consumo e estimulando os negócios no comércio e na indústria.

A adoção de uma jornada de 80 horas semanais, por outro lado, acarretará em um atraso social, cultural e econômico, submetendo a classe trabalhadora a condições desumanas afetando (1) sua saúde e qualidade de vida; (2) sua possibilidade de escolaridade e conhecimento; (3) e reduzindo seu tempo de vida social e cultural.

Acreditamos que a redução da jornada de trabalho sem redução de salário é um meio indispensável para ampliar a oferta de emprego, na medida em que os ganhos de produtividade - fruto do desenvolvimento tecnológico e de formas mais avançadas de gerenciamento - requerem essa mudança. Qualquer medida contrária só ampliará a precarização e retirará direitos consagrados pela luta histórica da classe trabalhadora.

As centrais alertam a classe trabalhadora e o conjunto do povo brasileiro para que se mantenham alertas, vigilantes e mobilizados para a luta contra o retrocesso neoliberal neste difícil momento da vida nacional, marcada por uma brutal ofensiva dos capitalistas contra o Direito do Trabalho, a democracia e a soberania nacional.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

12/07/2016 - RBA

Franklin Martins: pagamos um preço por não avançar na regulação

Mesmo "impressionado" com ataques à EBC, ex-ministro não se mostra tão pessimista. "Não acredito que vão implantar um projeto antinacional, que tire direitos, e que o povo vá assistir quietinho"

Provocado por um espectador do debate de ontem (11) à noite, se teria faltado "coragem" ou "vontade" ao governo para levar adiante o projeto de regulação dos meios eletrônicos, o ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência Franklin Martins considera que o país perdeu uma oportunidade. "Acho que se paga um preço, de certa forma. Havia condições para que avançasse, porque o debate estava amadurecendo", afirmou. O evento foi promovido pelo Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé. Também participaram a jornalista Tereza Cruvinel, ex-presidenta da EBC, e o professor Laurindo Lalo Leal Filho.

Ao destacar que o anteprojeto tratava apenas de meios eletrônicos – "Da mídia impressa nunca se pretendeu fazer regulação" –, Franklin lembrou ter entregado as propostas, em 30 de dezembro de 2010, à então presidenta eleita, Dilma Rousseff, e ao futuro ministro da área, Paulo Bernardo. "Esse projeto foi entregue pessoalmente por mim. Foi entregue e... Foi entregue. Acho que acabou prevalecendo uma coisa mais geral de não levar isso à frente. O governo tem de levar à frente."

Segundo o jornalista, o projeto tinha "caráter sistêmico" e era baseado na Carta de 1988. "Não tinha nenhuma invenção fora da Constituição", afirmou, acrescentando que os princípios constitucionais sobre comunicação haviam ficado "na cristaleira", sem serem aplicados. Era, diz Franklin, "um projeto moderado, com base na aplicação da Constituição". E foi também resultado de pressões sociais, como a primeira Conferência Nacional de Comunicação, realizada em 2009.

Pluralismo se disputa

Franklin disse ter ficado "muito impressionado com a virulência" do governo interino no ataque à EBC. "Acho que ele (Temer) foi burro. Por que isso, se eles dizem que é 'traço', que é absolutamente sem importância? Pode ser um sinal para a mídia comercial. Mas, por outro aspecto, será um incômodo profundo com aquilo que é

dissonante", comentou o jornalista, para quem o interino cometeu "sandices" do ponto de vista jurídico. "Algo se fez que incomodou profundamente."

Mas é preciso que o Estado impulse essa discussão, ressaltou. "O pluralismo não se impõe naturalmente, é resultado de disputa na sociedade. No Brasil, parece que é uma capitania hereditária. Grandes grupos de comunicação não conseguiram conviver com as mudanças dos últimos tempos e reagiram de forma pequena. Nós não merecíamos, mas não nos preparamos de forma suficiente."

Mesmo considerando que se perderam oportunidades de avanço, Franklin não se diz tão pessimista. "Eu não acho que eles (interinos) conquistaram na sociedade uma hegemonia de que o projeto deles triunfou. Não acredito que vão implantar um projeto regressista, antinacional, que tire direitos, e que o povo vá assistir quietinho. (As pessoas) descobriram que aquela história de que não dá para governar para todos é mentira."

Ele considera que atualmente existe um "contraponto razoável" na informação. Mas os meios alternativos não podem se contentar em ser uma espécie de "grilo falante": "A gente precisaria produzir informação em primeira mão".

Franklin também considera que, diferentemente de 1964, agora há resistência. "O golpe de 1964 foi um massacre. Acho que agora está diferente. Com todos os problemas, as pessoas estão mobilizadas. Eles estavam achando que iam ganhar no grito, não conseguiram o grau de consolidação que imaginavam."

O professor Lalo Leal fez menção à dificuldade de se avançar nesse debate no Brasil. "De 1988 até hoje, já foram feitos 10 ou 12 projetos de lei de meios. Nenhum deles atravessou a Praça dos Três Poderes", afirmou. Ainda assim, ele considera que a ideia da comunicação pública como instrumento de democracia e cidadania está implementada. "Pode haver um retrocesso institucional agora, mas isso está enraizado."



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

11/07/2016 - Vermelho

Como garantir a diversidade e o respeito aos direitos humanos na Internet?

Nesta segunda-feira (11) começa o Fórum da Internet no Brasil em Porto Alegre, evento que reúne pessoas do país inteiro para discutir os desafios técnicos e políticos da rede. Em meio a tantos episódios de ódio e preconceito disseminados nas redes sociais, a garantia de um ambiente de respeito aos direitos humanos e a diversidade é um tema urgente a ser tratado.

A rede possibilita ferramentas inovadoras para o engajamento sobre direitos civis, mas infelizmente também tem o mesmo poder para disseminar mensagens ofensivas, discriminatórias e que incitam a intolerância.

Segundo pesquisa realizada na Inglaterra pela Dith the Label, mais de 70% dos jovens já foram alvo de cyberbullying, ou seja, agressões ou ofensas na rede. Já entre usuários do Facebook, mais da metade relatam que já vivenciaram esse tipo de agressão. É um termômetro do tamanho do problema que precisamos enfrentar, sem transformar a rede num espaço políaco, nem tampouco num lugar de impunidade.

Aqui no Brasil vimos casos bastante exemplares nos últimos meses, como o ataque em massa ao perfil da atriz Taís Araújo com conteúdos racistas, o vazamento de imagens do estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro ou ainda o caso ocorrido em Encantado, no Rio Grande do Sul, em que fotos e vídeos de meninas menores de idade circularam em grupos de WhatsApp.

A rede foi o instrumento do crime e também a plataforma de manifestação e apoio às vítimas. Se os casos não tivessem ganhado notoriedade talvez ficassem obscurecidos e dificilmente os algozes seriam investigados.

Foi nesse contexto que neste ano surgiram diversas propostas para alteração do Marco Civil da Internet com o objetivo de permitir o acesso aos dados cadastrais dos usuários da rede sem ordem judicial. Esta estratégia já foi amplamente discutida durante os sete anos de tramitação da lei que hoje é reconhecida mundialmente e recomendada pela ONU. Neste ponto acreditamos que remédios não vão estancar os crimes que ocorrem todos os dias na rede. A lei já define os direitos e responsabilidades dos diversos atores na rede. Em vez de remédio pode funcionar como

veneno, trazendo insegurança, desequilíbrio jurídico e abuso de poder.

A questão é dar um passo adiante, permitindo que a Internet continue aberta, democrática mas com respeito aos direitos humanos.

Para investigar os cibercrimes, em vários Estados foram criadas delegacias especializadas em investigação de cibercrimes justamente para que os crimes ocorridos na Internet possam ser tratados por equipes especializadas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, existe a Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos (DRCI). Isso tem se mostrado realmente eficiente para casos de crimes sexuais e contra o patrimônio.

No entanto, há uma lacuna quando se trata de crimes contra os direitos humanos. A não ser que você seja uma personalidade ou uma pessoa famosa, denunciar um crime de ódio, preconceito ou ameaça na rede pode ser mais difícil do que se imagina. Para que as pessoas comuns possam ter a mesma atenção é mais que necessária uma delegacia especializada em direitos humanos na Internet, que possa tratar dos crimes deste tipo na rede, sem atalhar os caminhos necessários para uma investigação criminal e sem tratar isso como um crime menor.

Não é preciso dar mais poder ao delegado como propõem algumas propostas de lei, apenas ter uma estrutura que acolha e responda a este tipo de problema, a exemplo do que ocorre com a delegacia da mulher. A delegacia nem precisa ser física, ela pode ser online e permitir um acesso facilitado.

Ou seja, a solução não é culpabilizar a rede, criando legislações cada vez mais punitivas e que acabem por ferir outros direitos. Para que os crimes sejam denunciados, investigados e os culpados punidos é preciso existir um espaço que tenha condições de receber este tipo de denúncia. Isso não implica necessariamente em mais gasto, mas em melhor planejamento para combater os crimes que acontecem na rede e afetam a vida concreta das pessoas. Assim poderemos garantir uma Internet com mais diversidade e com mais respeito, podendo exercer o principal direito humano que a rede proporciona, o direito de liberdade de expressão.